

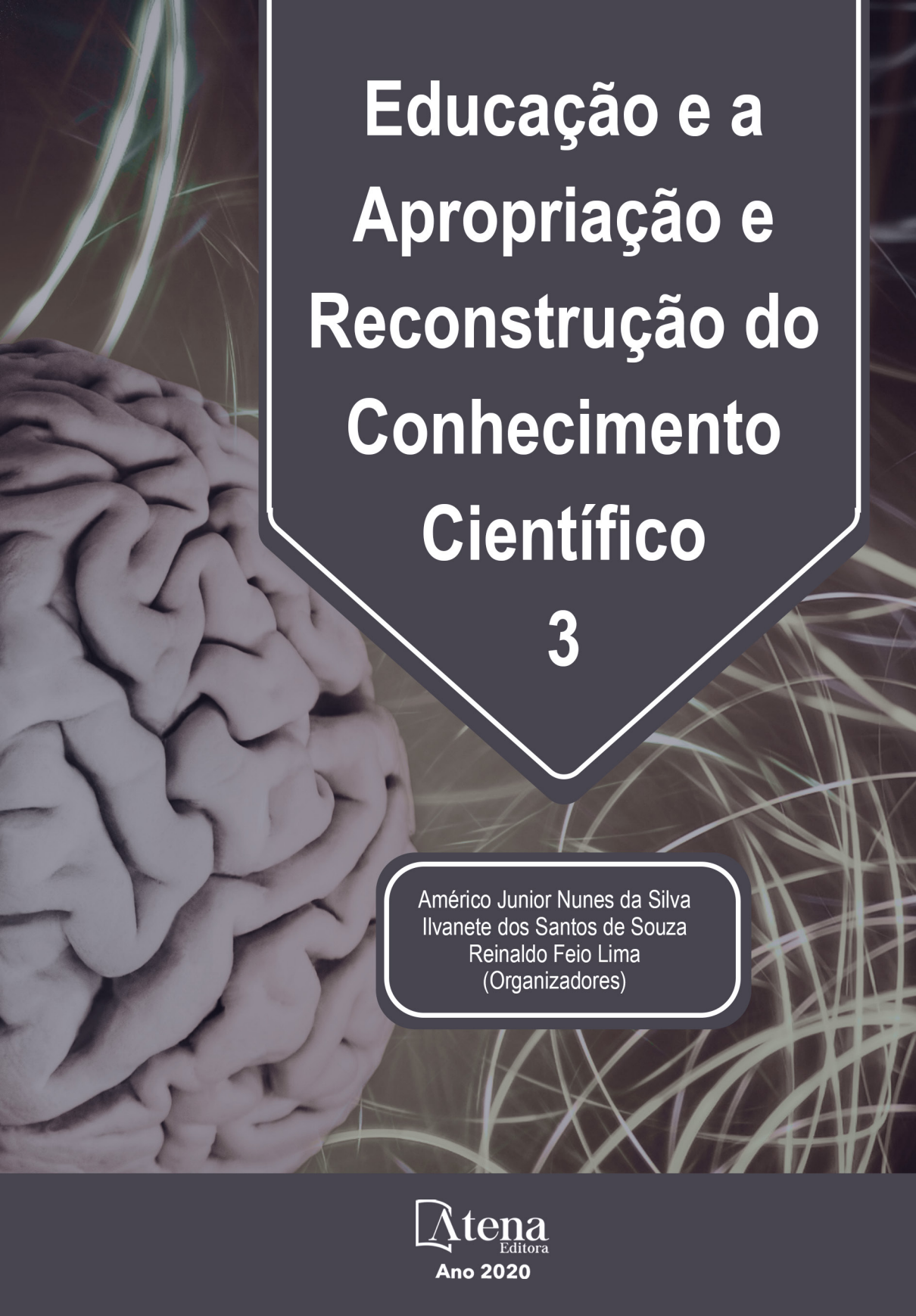
Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

3

Américo Junior Nunes da Silva
Ivanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

 **Atena**
Editora

Ano 2020



Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

3

Américo Junior Nunes da Silva
Ivanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação e a apropriação e reconstrução do conhecimento científico 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-609-6

DOI 10.22533/at.ed.096202711

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Esta obra surge no bojo de uma pandemia: a do novo coronavírus. Contexto marcado pelo distanciamento social e conseqüentemente a suspensão das atividades presenciais em escolas e universidades. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a pandemia da COVID-19 já impactou os estudos de mais de 1,5 bilhão de estudantes em 188 países. E é nessa conjuntura de um “novo normal” que os autores dessa obra organizam as produções que compõem este volume.

Boaventura de Souza Santos¹ em sua obra “A cruel pedagogia do vírus” nos apresenta algumas reflexões sobre os desafios desse período emergencial e lança luz sobre as desigualdades sociais evidenciadas por esse panorama. E conseqüentemente, na Educação, esses aspectos compactuam de algum modo, ao acentuar a exclusão daqueles que não conseguem adequar-se desencadeando impactos no ensino como, por exemplo, acesso a tecnologia, reinvenções metodológicas e a mudança de rotina da sala de aula, dentre outros. O cenário emergencial potencializa os desafios e traz à baila as fragilidades do ensino, ainda em fase de apropriação, pois precisam ser compreendidos, ou seja, as informações carregam intencionalidade.

As discussões realizadas neste volume 3 de “**Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico**”, perpassam pela Educação e seus diferentes contextos e reúnem estudos de autores nacionais e internacionais. Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns do contexto educacional.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país e que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejamos uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

1 SANTOS, Boaventura de Sousa. A Cruel Pedagogia do Vírus. Editora Almedina, Portugal. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DESAFIOS SOCIAIS E FORMATIVOS

Christiane Andrade Regis

Katia Siqueira de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0962027111

CAPÍTULO 2..... 11

CURRÍCULO ESCOLAR E OS SABERES LOCAIS: PERCEPÇÕES DOCENTES DE UMA COMUNIDADE RURAL

Leonardo Augusto Couto Finelli

Rânely Nayara Pereira Cruz

DOI 10.22533/at.ed.0962027112

CAPÍTULO 3..... 19

O PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO TEMPO DE BRINCAR: O TEMPO E O ESPAÇO A FAVOR DA LIBERDADE DE ESCOLHA DAS CRIANÇAS QUE PERMANECEM NA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Natalia Francisca Cardia dos Santos

Karina Rodrigues de Melo Andrade

DOI 10.22533/at.ed.0962027113

CAPÍTULO 4..... 26

PERSPECTIVAS PARA A AÇÃO PROFISSIONAL: UMA CARTA PEDAGÓGICA À UNIVERSIDADE BRASILEIRA. SOBRE A RECRIAÇÃO DE MIM

Aline Graziela Szczesny Mancilha

Dilmar Xavier da Paixão

DOI 10.22533/at.ed.0962027114

CAPÍTULO 5..... 31

A ABORDAGEM CTSA E A APLICAÇÃO DE PEDAGOGIA INOVADORAS: A MORADIA COMO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ESCOLA

Cacilene Moura Tavares

Cleudes Carvalho de Oliveira

Ana Karla Barbosa Lima

Mayara Cristina Figueiredo Lima

Nazarena Guimarães

Sidilene Brito da Silva

Valdirene Barbosa da Silva

Gissele Christine Tadaiesky Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.0962027115

CAPÍTULO 6..... 40

A CONCEPTUAL REVIEW: DEWEY AND MAKARENKO'S PEDAGOGICAL IDEAS IN THE LATIN AMERICAN CONTEXT

Xóchil Virginia Taylor Flores

Antonio Padilla Arroyo

DOI 10.22533/at.ed.0962027116

CAPÍTULO 7	52
ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORAS NO ENSINO SUPERIOR: O ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA EDUCALAB	
Priscila Monteiro Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0962027117	
CAPÍTULO 8	63
ASSISTÊNCIA SOCIAL ALÉM DA FILANTROPIA: PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AOS FILHOS DOS OUTROS NA CIDADE DE SÃO PAULO (1890-1927)	
Ricardo Felipe Santos da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.0962027118	
CAPÍTULO 9	74
LUTO DO FILHO IDEALIZADO: A INESPERADA DEFICIÊNCIA FÍSICA	
Emanuelle Beatriz da Silva Castro	
Jacqueline Farias Galvão	
Karina da Silva Rui	
DOI 10.22533/at.ed.0962027119	
CAPÍTULO 10	83
O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS EM UM ABRIGO INSTITUCIONAL	
Trayce Kelly Carvalho Alvim	
DOI 10.22533/at.ed.09620271110	
CAPÍTULO 11	92
ESCRITAS FEMININAS: INFÂNCIAS E JUVENTUDES VIVENCIADAS E RECRIADAS	
Priscila Kaufmann Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.09620271111	
CAPÍTULO 12	104
O METRÔ DE SÃO PAULO COMO AGENTE DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA	
Diamantino Augusto Sardinha Neto	
Fábio Gonçalves Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.09620271112	
CAPÍTULO 13	116
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MOVIMENTOS DE (RE) APRENDER A SER DOCENTE	
Cacilene Moura Tavares	
Kelly Rebeca Castanheira Oliveira	
Tamara Almeida Damasceno	
Herica Teixeira Simão	
DOI 10.22533/at.ed.09620271113	

CAPÍTULO 14	128
ENSINO DE BIOLOGIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: MAPEAMENTO DE ARTIGOS SOBRE O TEMA NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	
Deisiré Amaral Lobo	
Angélica Conceição Dias Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.09620271114	
CAPÍTULO 15	140
EQUATORIAL “PAZOS” DO OBSERVATÓRIO DO VALONGO: ORIGEM E TRAJETÓRIA	
José Adolfo Snajdauf de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.09620271115	
CAPÍTULO 16	150
A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA PAULISTA NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1920: PERMANÊNCIAS E DESLOCAMENTOS NO IDEÁRIO DO ENSINO INTUITIVO	
Aparecida Rodrigues Silva Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.09620271116	
CAPÍTULO 17	160
A TRANSDISCIPLINARIDADE DOS ESTUDOS DE PAULO FREIRE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO	
Carlos Eduardo Poerschke Voltz	
Juliana Poerschke Voltz	
José Antonio Ribeiro de Moura	
Cidmar Ortiz dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.09620271117	
CAPÍTULO 18	173
RELATO DE EXPERIÊNCIA: PRODUZINDO SAÚDE ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO	
Viviane Mikaelle Lopes Maciel	
Dilene Fontinele Catunda Melo	
Fernando Cândido Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.09620271118	
CAPÍTULO 19	179
EDUCAÇÃO FEMININA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ESTADO DA ARTE EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO	
Aline de Medeiros Fernandes	
Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto	
Gillyane Dantas dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.09620271119	
CAPÍTULO 20	189
O ENSINO SUPERIOR NA QUALIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM PROTEÇÃO CIVIL – UM MODELO METODOLÓGICO DE PESQUISA	
Manuel João Ribeiro	
Ana Paula Oliveira	

Paulo Gil Martins

Ana Barqueira

DOI 10.22533/at.ed.09620271120

SOBRE OS ORGANIZADORES201

ÍNDICE REMISSIVO.....203

ASSISTÊNCIA SOCIAL ALÉM DA FILANTROPIA: PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AOS FILHOS DOS OUTROS NA CIDADE DE SÃO PAULO (1890-1927)

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 07/09/2020

Ricardo Felipe Santos da Costa

UNICAMP – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação
Campinas – SP

<http://lattes.cnpq.br/5991228811901042>

RESUMO: Investigar como a Assistência Social, transcendendo a mera filantropia, foi utilizada como instrumento de controle social na cidade de São Paulo, entre 1890 e 1927, é o objeto deste estudo. Com o advento da República (1889), procurou-se apagar um recente passado escravocrata para fazer o Brasil ingressar na modernidade. Porém, tratava-se de uma modernização conservadora, que mudava a forma de governo para melhor preservar a estrutura social. Assim, o Código Penal (1890) e o Código de Menores (1927) foram fundamentais para legitimar o aparato de intimidação das classes perigosas. Neste quadro histórico, São Paulo, centro econômico da produção cafeeira e de incipiente industrialização, tornava-se palco privilegiado das tensões sociais, decorrentes do abismo entre a idealização de um país que se pretendia civilizado (“europeu”) e, do outro lado, a miséria das ruas, de ex-escravos e imigrantes. Além da legislação e do incentivo ao trabalho infantil, a Assistência Social foi outra forma de enfrentar o escândalo da miséria explícita das crianças nas ruas, escandalosa para o orgulho

paulista. Sob a rubrica Auxílios/Subvenções, a análise da série documental formada pelas Actas e Annaes da Câmara Municipal revelou as principais instituições a receberem as verbas municipais (1890-1927). Depois, a partir da legislação, bibliografia especializada, memorialistas e jornais da época, o funcionamento destas instituições foi investigado. Sobre a criação de uma sociedade disciplinar, foram apropriadas as categorias teóricas de Foucault e Donzelot. Acerca da infância, foi desenvolvida a categoria “filhos dos outros”, contribuindo os estudos de Sônia Camara e André Paulilo. E, para a categoria teórica “salvar-se nos outros”, em razão de instituições sociais que, como se concluiu nesta pesquisa, muitas vezes, abandonaram as crianças no seu interior, sem tratamento, para proteger a sociedade, do lado de fora do muro, para esconder o vexame da miséria, a inspiração foi Nietzsche.

PALAVRAS - CHAVE: Assistência Social, Cidade de São Paulo, Infância, Pobreza e Controle Social.

SOCIAL ASSISTANCE BEYOND PHILANTHROPY: PROTECTION AND SURVEILLANCE TO THE CHILDREN OF OTHERS IN THE CITY OF SÃO PAULO (1890-1927)

ABSTRACT: The purpose of this study is to investigate how Social Assistance, transcending mere philanthropy, was used as an instrument of social control in the city of São Paulo between 1890 and 1927. After the establishment of the Republic in Brazil (1889), an attempt was made to erase a recent past of slavery, so that the

country could reach modernity. However, it was a conservative modernization, which changed the form of government to better preserve its social structure. Thus, the Penal Code (1890) and the Children's Code (1927) were fundamental to legitimize the apparatus of intimidation towards the dangerous classes. In this historical context, São Paulo, while being the economic center of coffee production and incipient industrialization, became a privileged stage for social tensions arising from the abyss amidst the idealization of a country that was intended to be civilized, according to the European molds, and the misery of the streets, from former slaves to immigrants. In addition to the legislation and the incentive of child labor, Social Assistance was another way to face the scandal of the explicit misery of children living on the streets, scandalous for the pride of the city. Under the heading Aid/Grants, the analysis of the documentary series formed by the Minutes and Annals of the City Council revealed the main institutions to receive municipal funds (1890-1927). Then, from the legislation, specialized bibliography, memorialists and newspapers of the time, the functioning of these institutions was investigated. On the creation of a disciplinary society, the theoretical categories of Foucault and Donzelot were appropriate. Concerning childhood, the category "children of others" was developed, with contributions from the studies by Sônia Camara and André Paulilo. And, for the theoretical category of "saving oneself in others," because of social institutions that, as concluded in this research, often left the children untreated to protect society from the outside of the wall to obscure the scandal of misery, the reference is Nietzsche.

KEYWORDS: Social Assistance, City of São Paulo, Childhood, Poverty and Social Control.

1 | INTRODUÇÃO: OS “FILHOS DOS OUTROS” E A DESNATURALIZAÇÃO DA PROBREZA

Olhando além da filantropia e sem reduzir tudo à ideia de controle social, este estudo¹ percorre o período entre a aprovação de duas leis federais, o Código Penal (1890) e o Código de Menores (1927), investigando o tratamento dado às crianças pobres nas Actas e Annaes da Câmara Municipal de São Paulo. Na cidade, com recursos advindos do café e de uma indústria nascente, montava-se um cenário que reunia o Viaduto do Chá (1892), a nova Estação da Luz (1901), o Teatro Municipal (1911) e as ruas do Triângulo, com as suas lojas para a boa sociedade. Neste palco, a mendicância, sobretudo de crianças, era vista como um escândalo, um vexame público que atentava contra as representações da cidade moderna.

Nas fábricas, apresentadas como a melhor escola, uma boa opção aos vícios das ruas, crianças foram mutiladas, algumas mortas (MOURA, 1995, p. 120). Já nas instituições sociais, conforme reportaram jornais da época, outras tantas ficavam em situação de abandono, segregadas do convívio com a cidade. Assim, percebe-se que o maior incômodo, com relação à miséria na cidade, sobretudo infantil, era a sua visibilidade.

Segundo Marc Bloch (2001, p. 65), “a incompreensão do presente nasce fatalmente

1 O texto ora apresentado é uma versão adaptada do artigo publicado nos Anais do XIII CIHOLA (Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana), ocorrido em Montevideu, entre 28/02 e 03/03/2018, com o título “Salvando-se a si mesmo nos outros: o outro lado da assistência às crianças pobres na cidade de São Paulo entre 1890 e 1927”.

da ignorância do passado”. Dessa forma, a partir do que nos aflige no presente, interrogamos o passado. Mas, a História é distinta da memória, como nos lembram Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Michael Pollak, entre outros (BARROS, 2009. p. 38). Por outro lado, sem memória não se faz História. Assim, essa pesquisa começou muito antes, nas décadas de 1970 e 1980. Desta época, vem à minha memória o colega Aduato, da segunda série primária da escola pública Prof. Juvenal da Costa e Silva, em Taubaté. Descalço, correndo pelas ruas empoeiradas atrás da escola, entristecia-me pela sua pobreza. Mas, admirava a sua liberdade.

Na Capital, São Paulo, aonde vinha passar as férias escolares na casa da minha avó paterna, chamavam-me a atenção tantas crianças esmolando pelas ruas. Como harmonizar o conceito de desenvolvimento, “Brasil Potência”, típico da Ditadura Militar, com a miséria escancarada pelas esquinas e praças? Estabelecer essa relação entre os tempos históricos é uma forma de reafirmar que não tem sentido “esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (BLOCH, 2001, p.65). Portanto, continuo aqui buscando uma resposta, um entendimento, ao menos, acerca de uma pobreza que, desde sempre, não se quer encarar, pois olhá-la seria ver a outra face de uma mesma moeda, qual seja a modernização conservadora que depende desta mesma pobreza para se mover sem alterar minimamente as estruturas sociais. Assim, uma visão naturalizada da pobreza, como uma fatalidade, sem História, apresentou-se muito cedo. E ainda persiste.

Em 04/01/2017, Jaziel de Almeida Luís, morador de rua, 52 anos, ao ser removido para baixo do Viaduto Dr. Plínio Queiroz, nos primeiros dias da gestão de João Dória, na Prefeitura de São Paulo, afirmou:

Tiraram a gente da calçada porque passa gente importante aqui. Fica feio para a Prefeitura ver um monte de gente de rua. Nos varreu de lá e botou aqui. Deus queira que eu esteja enganado. Mas, daqui a pouco ele coloca uma tela aqui [nas grades debaixo no viaduto] para esconder a gente da sociedade. (SOARES, 2017)

Instalada a tela, a Secretária de Assistência Social, Soninha Francine, justificou como sendo para o bem dos moradores de rua, para “a proteção deles”. (Folhapress/Valor Econômico, 2017) Proteger quem está fora do viaduto, de ver e conviver com quem nele se abriga, ainda que possa ser um objetivo tácito na ação da Prefeitura, é parte de um projeto vendido na propaganda política como “Cidade Linda”, pautado na zeladoria urbana e, como se vê, em uma limpeza que também varre as pessoas.

Tecendo os fios da História, este trabalho busca uma compreensão possível acerca da pobreza, de forma geral, e, particularmente, dos *filhos dos outros*², da miséria das

2 Segundo Ariès (1988), até o século XV as crianças eram vistas como adulto-miniatura. A descoberta da infância ocorre aos poucos, até o Iluminismo, quando se pensa em um mundo à parte para as crianças, com cuidados de saúde, brinquedos apropriados, escola, etc. Entretanto, os filhos dos pobres, são alijados deste mundo particular, sendo inseridos precocemente na luta pela sobrevivência, no mundo adulto do trabalho. Portanto, esta infância, um mundo à parte, protegido, não é pensado para os filhos dos outros. Crianças às quais se nega o direito à infância. (COSTA, 2017, p. 208)

crianças nas ruas, exploradas nas fábricas ou abandonadas entre os muros das instituições sociais. Outro aspecto é entender como a pobreza é usada por aqueles que negam a sua produção social, colocando-a como simples fruto do acaso, como uma tempestade imprevisível ou, ainda, decorrente da inépcia e da vida infame dos que a sofrem. Dialogando com Nietzsche, Foucault, Donzelot, Paulilo e Sônia Camara, entre outros, esta pesquisa abarca a cidade de São Paulo no início da República.

2 | HIGIENIZAÇÃO SOCIAL: OS USOS POLÍTICOS DA POBREZA E DA SUA PRODUÇÃO

Tirar os pobres da visão dos transeuntes não é novidade em São Paulo. Em 1889, um pouco antes da Proclamação da República, o jornal *O Estado de São Paulo* pedia a atenção da polícia para os mendigos que “enxameavam as ruas”, o que não seria mais admissível, tendo em vista a instalação do Asylo de Mendicidade (1885). Segundo o periódico, “em toda parte e sempre haverá pobres; mas é preferível remetê-los para o Asylo do que consentir o triste espetáculo da exibição da miséria pelas ruas de uma capital opulenta”. (18/08/1889, p. 1) A pobreza extrema surge, assim, como uma fatalidade apolítica a ser escondida, desprovida de História, como um estorvo a ser contornado pelo suposto favor do Estado, às vezes travestido com tons humanitários ou de caridade cristã, pelos comovidos “corações sensíveis”. Mas, fica evidente aqui que o tratamento dispensado aos pobres visa fazer uma faxina social da opulenta cidade, segregando os miseráveis para longe dos que se pretendem civilizados. Dessa forma, a proteção reivindicada não é para os mendigos, inclusive crianças, reclusos no Asylo de Mendicidade. Mas, para quem está fora dos seus muros, os mesmos que clamam pelo sequestro³ dos miseráveis (FOUCAULT, 2015, p. 192-198), sob o pretexto de uma proteção que é, na verdade, para si⁴ (NIETZSCHE, 2013, p. 173), a boa e pretensamente bondosa sociedade.

Em 1914, o vereador José Piedade pediu o fechamento dos terrenos do cruzamento da Rua Paraguassu com a Rua Cardoso de Almeida. Seria necessário evitar que o local virasse um “depósito de lixo e couto para os vagabundos”. (Actas, sessão de 28/02/1914) Enquanto dissimulavam o fato de pessoas viverem em terrenos com lixo, autoridades ostentavam o luxo da cidade, como uma marca do seu desenvolvimento nos primórdios da República, advindo dos negócios do café e da incipiente industrialização. As discussões sobre o projeto para a construção do Theatro Municipal demonstram a preocupação com tal modernidade de fachada. Para tal, os vereadores Veiga Filho e Abílio Soares defenderam a

3 Nesta pesquisa, seqüestro ou seqüestração tem o sentido dado por Foucault (2015), podendo indicar tanto a retenção de pessoas, muitas vezes de forma arbitrária, privando-as de liberdade, mesmo que sob o disfarce de “liberdade vigiada”, ou, ainda, o afastamento de quem não é são (o tecido morto) daquele que é saudável (normal). Com a possibilidade de reinserção do indivíduo ao corpo saudável, como tecido são – conf. patologia (FERREIRA, 1986, P. 1572).

4 Para Nietzsche (2013, p. 173), quando, pela compaixão, socorre-se o outro, pensa-se em si, “considerando a decisão tomada em todos os casos em que podemos evitar o espetáculo daqueles que sofrem, gemem e estão na miséria”. Outros motivos são o prazer, daquele que ajuda, de se ver alguém em uma situação contrária à sua e, ainda, o “pensamento dos elogios e do reconhecimento” a serem recolhidos pelo ato de ajudar.

edificação de um grande teatro, que ficasse “à altura do progresso desta Capital”. O modelo deveria ser buscado na Europa, atendendo-se “todas as exigências modernas de luxo, elegância acústica e segurança”. (Annaes, sessão de 29/05/1900)

Por outro lado, a pobreza tem a sua utilidade para a *boa sociedade*, segmento oriundo dos beneficiários da escravidão abolida em 1888. É claro, desde que controlada, de forma a evitar uma revolta das *classes perigosas* que ameace a ordem social, e exibida com parcimônia, para não colocar em xeque a imagem de civilização. Para o mercado de trabalho, no momento de sua formação, a pobreza contribui ao rebaixar o valor da mão de obra. Quanto à moral que se quer criar, em uma sociedade que até recentemente identificava o trabalho com o escravo, desvalorizando-o, a miséria execrável e criminalizada é um contraponto ao trabalho, mostrado agora como virtude própria das gentes civilizadas. Além de, para o Estado, a pobreza dos desempregados e dos que fazem trabalhos informais ser uma forma de justificar um aparato policial repressivo, para combater a pressuposta vadiagem e o seu perigo potencial.

Justificando uma política remediadora, através da assistência social, a pobreza confere à lei um papel importante para a contenção social, aliada à repressão. Distante dos pressupostos clássicos do liberalismo teórico, na República, com a articulação dos grandes fazendeiros, “coronéis-civis”, a lei, ao invés de promover a igualdade pelo Direito, dividiu a sociedade entre os trabalhadores e aqueles sem trabalho formal, os “pobres incivis”. (Telles, 2013, p. 26) Ou, ainda, entre os cidadãos, homens alfabetizados, de um lado e, de outro, os não-cidadãos, analfabetos, mendigos e mulheres. Para os pobres incivis e não-cidadãos foi “reservado o espaço da assistência social” – mais particularmente da “filantropia privada”. (Telles, 2013, pp. 26-27) Com relação às mulheres, exceto as abastadas, sob a representação da bondade materna e cristã, voluntariavam-se para a caridade. Aos demais não-cidadãos, miseráveis, caberia o lado de dentro dos abrigos de reclusão, nas instituições de assistência social – ou, mais propriamente, de controle social - com o arcabouço legal para a ação de parte da sociedade e das autoridades na repressão das *classes perigosas*⁵ – justificando a obra civilizadora da higienização social.

3 | A CIDADE E A LEI: ENTRE A COMPAIXÃO E A PUNIÇÃO, ORDEM, SEGREGAÇÃO E PROGRESSO

Na coluna “Coisas da Cidade”, em 1909, o jornal *O Estado de S. Paulo* apresenta a mendicância como um perigo social, a ser combatido pelas autoridades, pois, “os legisladores em quase todos os países dirigiram sempre os seus esforços de um modo a preveni-la e reprimi-la, estabelecendo, entretanto, uma distinção para os indivíduos que, pela idade ou pelas doenças, não podem trabalhar”. (11/12/1909, p. 4). O jornal dividia os

⁵ Sobre a categoria “classes perigosas”, utilizada por Louis Chevalier (1911-2001), Bresciani (1985, p. 126) afirma que o historiador francês “nos conduz através dos relatos dos literatos, administradores, médicos e pensadores franceses contemporâneos que se preocuparam com a (...) figura da pobreza, onde o trabalhador, o desempregado e o vadio se confundem numa mesma imagem ameaçadora”.

mendigos em três tipos: os válidos (que fingiam ter alguma doença para esmolarem), os desempregados e os que não podiam trabalhar de fato, em razão da idade avançada ou doença. A mendicidade é apresentada desprovida de motivações políticas, dinâmica social e trajetória histórica:

Homens, mulheres e crianças, às chusmas são encontradas a todo o momento (...) dizendo a sua miséria em voz alta, fingindo [sofrimento] (...). Nunca em São Paulo, como agora, houve tão elevado número de mendigos. É uma avalanche perigosa que, à semelhança de uma praga, invadiu de chofre a sociedade, sacrificando-a e perseguindo-a. Se dentro dos limites das leis não lhe dermos combate, tanto em benefício de uns como em benefício de outros, estaremos ameaçados de um verdadeiro perigo social. (*O Estado de S. Paulo*, 11/12/1909, p. 4)

Uma vez mais, a pobreza é naturalizada, sendo comparada a uma praga, uma avalanche que invadiu a cidade, vinda de fora, desconsiderando a sua produção social. Portanto, a solução está no combate das suas consequências, da aparência que ofende os ideais de civilização, já que as causas são ignoradas, atribuídas a um agente extraterrestre não identificado. Neste sentido, deve ser adotada a repressão, de acordo com as discriminações já estabelecidas pela legislação. Entre elas, a proibição da mendicidade aos aptos ao trabalho (Código Penal, 1890, Art. 391), a que restringe o crime de vadiagem para os pobres, que não têm meios de subsistência (Código Penal, 1890, Art. 399; Código de Posturas, 1886, Art. 198) e a que determinava que a responsabilidade penal a partir dos 9 anos de idade - para os que cometessem crimes com discernimento - e a partir dos 14 anos, com imputabilidade completa (Art. 27). Tal artigo, é claro, contempla as crianças em situação de rua e suas famílias em condição de vulnerabilidade, a quem cabe o Código Penal (1890), como um todo. Já às crianças e famílias abastadas, destina-se o Código Civil (1916) que trata de assuntos como propriedades, doações, adoções e heranças – dos quais os pobres estão alijados.

No plano municipal, o Código de Posturas, em nome da padronização, também produzia segregação. Na Capital da República, posturas municipais proibiram os mendigos nas ruas reurbanizadas do centro, bem como o trânsito de vacas e o comércio ambulante de alimentos. No jornal *Correio Paulistano* (20/10/1907, p.1), em uma crônica intitulada “Os pés-no-chão...”, o poeta Olavo Bilac afirmou serem medidas civilizadoras, pois, na “Idade Moderna, até nas estrebarias e nos presídios se exigem asseio, higiene e decência”. Em sua crônica, Bilac ainda defendeu o projeto de Tertuliano Coelho para proibir o “trânsito, nas ruas do Rio de Janeiro, de pessoas descalças”. Para Bilac, a lei era apropriada para uma cidade civilizada, e por dez tostões comprava-se um par de sapatos. Certamente, para os que perderam a sua moradia, nos cortiços derrubados pelo “bota-abaixo”, a compra de sapatos para pisar as ruas da Cidade Maravilhosa não era uma prioridade.

Da mesma forma, em São Paulo, o Código de Posturas (1886) dividiu a cidade e criou espaços de legalidade e ilegalidade, legitimando o controle social e a repressão nos

cortiços e áreas periféricas – locais para os quais iam pessoas que não conseguiam cumprir as normas estabelecidas, com relação às construções: recuo do terreno, alinhamento à rua, tipo de pintura, pé direito, abertura das janelas e portas, etc. Mas, no centro da cidade civilizada, e segregada, os excluídos da formalidade, quando não exilados na periferia, sobreviviam com a sua pobreza itinerante: cheiro de comida nas ruas, garotos descalços vendendo jornais, pulando de um bonde para outro, mulheres com roupas tidas como indecentes pelo Código, bem como com vozerios e alaridos, igualmente proscritos, como certo comércio ambulante, particularmente os trapeiros, com objetos tirados do lixo. O mesmo se dava no Rio de Janeiro. Fugindo do controle por quadriculamento, “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar um indivíduo” (Foucault, 2013, p. 138), o garoto Boné Preto levava uma vida errante pelas ruas da Capital. Como demonstrou o historiador André Paulilo, em contraste com a aluna Nanette, que vivia da casa para a escola, Boné Preto, garoto pobre, tirava a sua sobrevivência da rua, “planejando fugas para fazer carretos na Praça Saenz Peña, escondendo no mato sapatos e paletó para realizar o expediente” (PAULILO, 2013, p. 148). A rua torna-se um espaço de guerra onde se luta para sobreviver. Desobedecer é resistir.

4 | AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS PARA O BEM DA CIVILIZAÇÃO: CONTRA O ESCÂNDALO DA MISÉRIA E SEUS PERIGOS

Às vésperas da Proclamação da República, os vereadores Domingos Sertório, Vicente Ferreira da Silva e Carmilo recomendavam o recolhimento das crianças pedintes e demais mendigos, demonstrando que o incômodo maior não era com a miséria em si, mas com a sua exibição, constituindo-se em um vexame público:

Indicamos que a Câmara officie ao Sr. Chefe de Polícia ver a conveniência de obstar que ande pelas ruas e casas da cidade mendigos e crianças pedindo esmolas incomodando os transeuntes. Havendo nesta cidade um asilo onde são recolhidos os pobres que o procuram, propomos à Câmara que tome alguma providência de modo a fazer cessar esse vexame para o público. (Actas, sessão de 09/09/1889)

Com relação às crianças que furtavam ou cometiam outra infração, na ausência dos “estabelecimentos disciplinares industriais” previstos no Art. 30 do Código Penal (1890), eram detidas nas delegacias. Muitas crianças alugavam colchões em quartinhos na região da Sé, em locais também usados para a prostituição. Uma das casas, cujo locador era português, era considerada “um covil de menores gatunos e vagabundos, com capacidade para 150 indivíduos em 50 cubículos”. (FAUSTO, 1984, p. 83) Para inserir estes “meninos insuportáveis” (*Diário Popular*, 1886, apud FAUSTO, 1984, p. 82) no “mercado de homens” (CRUZ, 1990, p. 10), era preciso discipliná-los para o trabalho, como recomendado pela lei. Assim, em um projeto defendido pelo deputado Cândido Motta, é criado o Instituto Disciplinar de São Paulo, 1902, após uma campanha que criminalizava as crianças que

trabalhavam na informalidade, como as que vendiam jornais e faziam carretos. O abrigo no Instituto do Tatuapé era apenas para “menores do sexo masculino, moralmente abandonados”. (MOTTA, 1909, p. 14)

A história do Instituto Disciplinar foi marcada pelas fugas. Pela lei, os castigos físicos não eram permitidos. Mas, em nome da regeneração, a violência tornou-se parte do seu cotidiano. Segundo Maria Inez Pinto (1994, p. 204), as fugas “evidenciavam a intolerância e a revolta dos pequenos infratores contra o tratamento cruel a que eram submetidos pelos policiais e funcionários encarregados de promover a sua reeducação”. Assim, o próprio Instituto, praticando ilegalidades e as gerindo, transformava os internos, quando não em corpos dóceis, úteis e produtivos, em delinquentes úteis, que reincidiriam no crime, justificando o próprio aparato que os reprimia, constituindo-se em um meio importante de controle da ordem social. (FOUCAULT, 2013, p. 265) Diferente dos propósitos anunciados, o Instituto Disciplinar, criado para tirar as crianças da “escola do crime”, como eram chamadas as ruas, regenerando-as para o trabalho, contribuía para a formação de um ciclo delinquencial.

Desde o início o Instituto Disciplinar foi pequeno para a demanda. Em 1909, dos 9.631 presos do Estado, em penitenciárias e delegacias, 1.565 eram crianças (MATOS, 2014, pp. 62 e 64). Assim, a cidade de São Paulo teve que recorrer à filantropia das instituições sociais privadas, subvencionadas pelo poder público, para impedir que as crianças ficassem misturadas com os adultos. Outra forma de tirá-las das ruas foi através do trabalho infantil formal, sobretudo nas fábricas. Mas, tanto nas celas prisionais, como nas ruas e tecelagens, as mortes das crianças eram frequentes. Por essa razão, em 1927, por iniciativa do juiz Mello Mattos, para responder a esta violência, foi criado o Código de Menores. A nova lei impedia o trabalho infantil noturno, limitava a sua jornada diária em 6 horas, exigia a instrução primária para as crianças contratadas e estabelecia a idade mínima de 14 anos. Vários industriais, entre os quais Jorge Street e Francisco Matarazzo, que se apresentavam como filantropos ao empregarem as crianças, tirando-as do “vício das ruas”, afirmavam que “a fábrica é a melhor escola”, passando a criticar a aprovação do Código, alguns chegando a propor a desobediência. Consideravam que a jornada de 6 horas, um “ócio forçado”, desarticulava o trabalho das crianças com o dos adultos, que tinham jornada de 8 horas, desafinando a “orquestra da produção fabril”. (SILVA, 1996, P. 177-199) Adoçadas na pancada, com menos de 10 anos, sub-remuneradas, operavam serras circulares, plainas e tornos mecânicos. Em acidentes, inclusive fatais, sindicâncias concluía pela imprudência das crianças, por estarem brincando. (MOURA, 1995, p. 123)

A situação de risco das crianças pobres nas ruas, nas fábricas e até no Instituto Disciplinar, animava as discussões dos vereadores por subvenções às instituições sociais privadas, inclusive orfanatos e escolas religiosas, ainda que o Estado fosse laico, conforme a Constituição (1891). Das instituições de assistência social, o Orphanato Christovam Colombo foi o que mais recebeu verba entre 1890 e 1927. Em 1899, mantinha 170 crianças

de 12 anos para baixo. Em 20/09/1899, após a visita do jornalista Alfredo Moreira Pinto, depois ratificada por outros jornalistas, o local foi denunciado, pelo *Diário Popular* (1899, p. 1), como asqueroso, onde infelizes órfãos andavam “descalços com a cabeça coberta de chagas pela grande quantidade de piolhos”, sendo notada a falta de banheiro. Outro episódio envolvendo o Orphanato foi o desaparecimento da menina Idalina, que teria sido abusada pelos padres, fato desmentido pelos jornalistas da grande imprensa – chamados de “prostitutas de calças” que iam colher informações com a Polícia, sua verdadeira patroa, segundo a imprensa anarquista, que discordou do veredicto. (COSTA, 2017, p. 168 e 181).

Em seguida, em subvenções, vinham o Asylo Bom Pastor e o Abrigo Santa Maria, ambos dedicados às meninas órfãs, sendo que o primeiro também recebia jovens mulheres para serem “regeneradas”. O Abrigo Santa Maria procurava preparar as meninas para o casamento, providenciando as festas. Em 4º lugar, o Asylo de Mendicidade – que, às vezes, recebia as crianças que acompanhavam os adultos.

Sobre o Asylo Bom Pastor, tinha uma ala para moças penitentes entre 15 e 29 anos e outra para as órfãs menores. Recorria-se à instituição em casos de “moças desonradas” ou de ameaça de prostituição pela família (*Correio Paulistano*, 17/04/1917, p. 5). Sobretudo a partir do Código de Menores, as famílias pobres, em situação de risco, ficam sujeitas a perderem a guarda dos filhos, quando estes encontravam-se em condições de vulnerabilidade, segundo o Juiz de Menores. Sônia Camara (2010, p. 180-182) vê aqui um processo de “judicialização da infância minorizada”, podendo as leis de assistência e proteção à infância pobre e delinqüente estar muito mais preocupadas com os meios para a obtenção da “ordem e progresso” do que com a inclusão social destas crianças e suas famílias.

Tanto o Abrigo Santa Maria, que criava e educava as meninas órfãs visando o casamento, como o Asylo Bom Pastor, que regenerava as “jovens mulheres desonradas”, além de ter uma ala para receber meninas órfãs para educá-las – visando também, em ambos os casos, o casamento, são instituições sociais, assim, que se alinham aos esforços de controle social para a manutenção da ordem, desonerando gastos com a Polícia. Uma vez a família estruturada, passa a exercer um papel de contenção social, funcionando ela mesma como uma polícia dos costumes socialmente aceitos. Isso funciona quando a mulher impede o marido de ir ao cabaré ou ao bar e os pais não permitem que os filhos fiquem na rua. (DONZELOT, 1986, p. 29)

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CIDADE AO ABRIGO DA INFÂNCIA

Uma polícia dentro de cada casa seria a situação ideal. Uma família bem estruturada para reproduzir os valores e os costumes da obediência ao poder instituído, ao capital, à nação, enfim, à civilização. Mas, como não é possível, cabe às instituições de assistência social a função de esponja, retirando da cidade os elementos indesejáveis, segregando-os

entre os muros das instituições subvencionadas, para que a cidade fique protegida, sob o disfarce da proteção dos filhos destes outros do progresso.

Portanto, transcendendo as explicações óbvias da caridade praticada individualmente por alguns com intenções humanitárias, este artigo procurou desnaturalizar a pobreza para entendê-la na sua relação com a assistência social, que nada mais é do que parte de uma política pública que visa a aplicação de medidas paliativas contra a miséria infrene para, em última instância, defender a permanência da ordem social estabelecida – admitindo, no máximo, as reformas necessárias para a sua sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ARIËS, P. **A criança e a vida familiar no Antigo Regime**. Lisboa: Relógio D'Água, 1988. 326 p.

BARROS, J. A. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, Canoas, v. 03, n. 5, p. 36, Jan.-Jul./2009. Disponível em <https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf>. Acesso em: 5 set. 2020.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zarhar Editor, 2001. 159 p.

BRASIL. [Código Civil (1916)]. **Código Civil da República dos Estados Unidos do Brasil**. Comentado por João Luiz Alves. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia Editores Livreiros, 1917. 1360 p.

BRASIL. [Código de Menores (1927)] **Lei nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BRASIL. [Código Penal (1890)]. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil**. Comentado por Oscar de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910, 860 p.

BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985, 128 p.

CAMARA, S. **Sob a Guarda da República: a infância minorizada no Rio de Janeiro na década de 1920**. Rio de Janeiro: Quartet, 2010, 428 p.

CORREIO PAULISTANO, São Paulo, 1890-1927.

COSTA, R. F. S. **Ao abrigo da infância: as subvenções à proteção da criança na Câmara Municipal de São Paulo entre 1890 e 1927**. 2017. 247f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

CRUZ, H. F. **Trabalhadores em serviços: dominação e resistência (São Paulo - 1900/1920)**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990, 83 p.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986, 179 p.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984, 328 p.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª edição, 32ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, 1838 p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2013, 318 p.
_____. **A Sociedade Punitiva**. 2015. São Paulo: WMF Martins Fontes, 323 p.

Gestão Dória esconde moradores de rua sob tela no centro de São Paulo. **Folhapress/Valor Econômico**, 6 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4828778/gestao-doria-esconde-moradores-de-rua-sob-tela-no-centro-de-sao-paulo>> Acesso em 08 jan. 2018.

MATOS, I. J. C. O Instituto Disciplinar de São Paulo e de Mogi Mirim: Dissonâncias e Identidades no Início do Século XX. In: Vale, A. D.; Matos, I. J. I. C. **História e Educação: pesquisas e reflexão**. Piracicaba e São Paulo: Biscalchin Editor, 2014, p. 60-79.

MOTTA, C. N. N. **Os menores delinqüentes e o seu tratamento no Estado de São Paulo**. São Paulo: Typographia do Diario Oficial, 1909, 128 p.

MOURA, E. B. B. Infância Operária e acidente de trabalho em São Paulo. In: PRIORE, M. D. **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1995, 112-128.

NIETZSCHE, F. **Aurora**. São Paulo: Editora Escala, 2013, 447 p.

O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, 1890-1927.

PAULILO, A. L. Nanette e Boné Preto vão à escola: conduta pessoal e escolarização nos anos de 1930. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 2, n. 32. Campinas: SBHE - Sociedade Brasileira de História da Educação, 2013, p. 133-158.

PINTO, M. I. B. **Cotidiano e Sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo. São Paulo: Edusp, 1994, 264 p.

SÃO PAULO. [Actas (1889-1903) e Annaes (1904-1927)]. **Actas e Annaes da Câmara Municipal de São Paulo**. São Paulo: Arquivo Hist. Municipal e Câmara Municipal de São Paulo. Após a pesquisa, disponibilizada digitalmente: <<http://www.camara.sp.gov.br/memoria/atas-e-anais-da-camara-municipal-2/>>.

SÃO PAULO. [Código de Posturas (1886)]. **Código de Posturas do Município de São Paulo**. São Paulo: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

SILVA, J. **Três discursos, uma sentença**: tempo e trabalho em São Paulo. São Paulo, 1996: Annablume, 228 p.

SOARES, W. Dória realoca moradores de rua em quadra de futebol para Cidade Linda. **Portal G1**, 4 jan. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-realoca-moradores-de-rua-em-quadra-de-futebol-para-cidade-linda.ghtml>> Acesso: 15 dez. 2017

TELLES, V. S. **Pobreza e Cidadania**. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2013, 168 p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abrigo Institucional 11, 83, 84, 90

Acesso à educação 11, 104

Administração 12, 147, 152, 160, 161, 162, 170, 172, 201

Aprendizagem 2, 5, 24, 29, 31, 35, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 116, 119, 120, 121, 122, 126, 130, 132, 135, 136, 164, 166, 167, 176, 199, 202

Assistência Social 11, 63, 65, 67, 70, 71, 72, 85, 86, 90, 164, 172

Astronomia 140, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 149

B

Base Nacional Comum Curricular 11, 13, 16, 17

C

Casa Lar 83, 84, 85, 87, 89, 90

Cidade de São Paulo 11, 63

Colectivo 41, 47, 50

Competências científicas 189

Comunidade Rural 10, 11, 13, 14, 17

Contos de fadas 117

Controle Social 63, 64, 67, 68, 71

Crianças 10, 11, 13, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 34, 36, 37, 38, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 152, 156, 157, 173, 175, 176, 177

CTSA 10, 31, 32, 34

D

Deficiência Física 11, 74, 75, 76, 79, 81, 82

Desenvolvimento sustentável 10, 31, 32, 33, 34

Dewey 10, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51

Docente 11, 11, 15, 17, 52, 55, 60, 116, 121, 127, 128, 131, 136, 138, 201

E

Educação em saúde 173, 175, 176, 177, 178

Educação feminina 12, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

Emancipação educacional 52

Ensino de biologia 12, 128, 130, 132, 133

Ensino Superior 11, 12, 1, 2, 3, 4, 8, 9, 14, 27, 52, 53, 55, 56, 60, 62, 74, 104, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 129, 152, 189, 190, 191, 201

Ensino Universitário 26, 62, 104

Escola 10, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 25, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 64, 65, 69, 70, 73, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 110, 116, 119, 120, 122, 123, 127, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 167, 169, 173, 175, 176, 178, 180, 189

Escritoras 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102

Estratégias Educacionais 52, 53

Estudos Organizacionais 160, 161, 162, 163, 164, 170, 171, 172

Extensão Universitária 1

F

Filho Idealizado 11, 74, 75, 78, 80, 81, 82

Formação de professores 12, 10, 128, 130, 131, 132, 133, 138, 139, 201

Formação profissional 3, 4, 6, 26, 131, 132

G

Gestão da inovação 52, 54, 57

H

História cultural 92, 158

História da educação 12, 179, 186

I

Infâncias 11, 83, 86, 87, 89, 92

Institucionalização 7, 83, 84, 86, 87

Instituição imaginária 92, 94, 99, 102

Instrução Primária 70, 150

Intencionalidade Pedagógica 19

L

Liberdade de escolha 10, 19

Luto 11, 74, 75, 77, 78, 80, 81, 82

M

Makarenko 10, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

Matriz Curricular 11

Método Intuitivo 150, 157, 158
Metodologias ativas e criativas 52
Metrô 11, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115
Mobilidade Urbana 104, 106, 109, 113
Modelo teórico-analítico 189, 199
Moradia 10, 31, 32, 33, 39, 68, 85, 105
Mudanças nas práticas universitárias 26

O

Observatório do Valongo 12, 140

P

Paulo Freire 12, 26, 29, 30, 124, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172
Pedagogia 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 172
Percepção Docente 11
Período Integral 19, 22
Pesquisas Científicas 91, 128, 129
Pobreza 63, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 87, 166
Prácticas 41, 44, 46, 49, 50
Primeira República 12, 179, 180, 183, 184, 185, 186
Produção Científica 128, 132, 133, 134, 186
Projeto de extensão 173, 174, 176
Promoção da saúde 173, 175, 177, 178
Proteção Civil 12, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200

Q

Qualificações profissionais 189

R

Recreação 19, 20, 22, 24, 97, 145

S

Saberes Locais 10, 11, 12

T

Telescópio 140, 141, 142, 143, 145, 147, 148
Transdisciplinaridade 12, 4, 160, 161, 162





V

Visibilidade Científica 128

Vivências 6, 24, 26, 27, 83, 84, 87, 95, 126

Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

3



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br